

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 139

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 18 DE OUTUBRO DE 1999

ANO XXV

## Mesa Diretora

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Antonio Carlos Baratter</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i> .....	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## Representação Partidária

*PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Tiago Amorim Novaes; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Neivo Beraldin - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada (licenciado); PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 05: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado)- Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02: Chico Noroeste - Miltinho Puppio; PSL - 03: Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 01: Pastor Edson Praczyk.*

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 095ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
18 DE OUTUBRO DE 1999**

(segunda-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Edgar Bueno e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppino, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tony Garcia e Valdir Rossoni (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Beto Richa, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Luiz Accorsi, Moysés Leônidas, Tiago Amorim Novaes e Waldyr Pugliesi (07).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Indicação:**

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente.

Pelo presente, temos a satisfação de encaminhar a Vossa Excelência, solicitação de substituição de membro

da Comissão de Finanças da Bancada do PMDB, conforme segue:

Membro titular:

Sai - Deputado Orlando Pessuti

Entra - Deputado Ademir Bier

Sendo o que se apresenta para o presente momento, aproveitamos a oportunidade para renovarmos votos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 18.10.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

Líder do PMDB

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 2153**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 509/99, relativo à Mensagem Governamental nº 020/99, que dispõe sobre crédito suplementar no valor de R\$ 9.797.096,00 ao orçamento da Secretaria de Estado da Saúde.

Sala das Sessões, em 18.10.99.

(a) VALDIR ROSSONI

**REQUERIMENTO Nº 2154**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, retirada por 05 sessões do Projeto de Lei nº 090/99, item 01, em 2ª discussão, de autoria do ilustre Deputado Beto Richa, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 18.10.99.

(a) VALDIR ROSSONI

**REQUERIMENTO Nº 2163**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REQUER o arquivamento do Projeto de Lei nº 508/99, de minha autoria, que visa autorizar o Poder Executivo a determinar a todas as montadoras instaladas no Paraná, a produzirem 1% dos veículos populares movidos a álcool, na sua linha de montagem, por estar com o texto redigido erroneamente.

Sala das Sessões, em 18.10.99.

(a) CLEITON KIELSE

**REQUERIMENTO Nº 2164**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 517/99, de minha autoria, que tem por objetivo declarar de Utilidade

Pública a Creche Santo Antonio, em Ponta Grossa, por ser objeto da Lei 9934.

Sala das Sessões, em 18.10.99.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 2147

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 18.10.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

#### REQUERIMENTO Nº 2143

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, realização de Sessão Solene para a comemoração dos 146 anos de emancipação política do Estado do Paraná, no dia 25 de novembro de 1999.

Sala das Sessões, em 18.10.99.

(a) NELSON JUSTUS

#### REQUERIMENTO Nº 2133

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Gildo Barbosa da Silva, do Município de Santana do Itararé, com votos de profundo pesar pelo falecimento de seu filho Raul Feijó da Silva.

Requer, que da decisão da Casa, seja enviado expediente ao Sr. Gildo Barbosa da Silva, à rua Minas Gerais, 100 - Santana do Itararé / PR.

Sala das Sessões, em 18.10.99.

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

Pertencente a uma grande e tradicional família, Raul Feijó da Silva deixa como legado uma vida de correção, honestidade e integridade.

Sempre teve uma vida repleta de exemplos de comportamento e espírito comunitário. Pessoa bem relacionada, com disposição para viver em comunidade, era benquisto por todos. Participava ativamente das boas ações do seu município. Semeou junto à população ao longo de sua existência as sementes do bem.

Por intermédio deste Deputado, a Assembléia Legislativa do Paraná, cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar que se abateram sobre a família Silva, endereçando a ela, através do Sr. Gildo Barbosa da Silva, votos de sentidas condolências, rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

#### REQUERIMENTO Nº 2134

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o duto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do Senhor Angelo Liberati, falecido no último dia 10 de outubro, no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 18.10.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 2135

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o duto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do Senhor Antonio Manduca, falecido no último dia 08 de outubro, no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 18.10.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 2136

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o duto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do Vereador Inocente Ferreira Tadim, falecido no último dia 14 de outubro, no Município de São Manoel do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.10.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 2146

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o duto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Geralda Lopes Diniz, aos 66 anos de idade, ocorrido no dia 03.10.99, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 18.10.99.

(a) RICARDO CHAB

#### JUSTIFICATIVA:

Faleceu aos 66 anos de idade, nesta Capital, nascida em Montes Claros - Minas Gerais.

Casada com Valdemar Diniz, deixou 07 filhos: José, Benedito, Sebastião, Maria, Iracema, Sueli e Elizabeth Diniz, matriarca exemplar, tendo uma vida dedicada a família, obreira da Igreja Assembléia de Deus, onde gozava de grande respeito e carinho entre os religiosos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abala a família de Geralda Lopes Diniz, enviando votos de profundo pesar para o Senhor Valdemar Diniz, residente à Rua Professor Erbo Stenzel, nº 46 - Conjunto Guaporé II - Sítio Cercado - CEP: 81.900.190 - Curitiba - PR.

#### REQUERIMENTO Nº 2132

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Presidente da Câmara Municipal, Senhor Joás Michetti, com votos de congratulações pela passagem do 39º aniversário do Município de Santana do Itararé - PR.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dado ciência também aos demais vereadores para que em nome do Poder Legislativo, recebam os cumprimentos toda a população de Santana do Itararé.

Sala das Sessões, em 18.10.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A colonização no território de Santana do Itararé é contemporânea aos povoamentos de Colônia Mineira, Wenceslau Braz e São José da Boa Vista. Tradicionalmente colonizada por desbravadores vindos do Estado de Minas Gerais, a frente pioneira ao longo do curso do Rio Itararé, era constituída de grandes fazendas. O mineiro João Barbosa adquiriu terras às margens do Rio Itararé, onde se estabeleceu. Mais tarde doou parte de suas terras aos menos favorecidos.

Foi desta forma que surgiu o Patrimônio de Barbosas, que foi fundado por Frei Mateus de Gênova, um missionário que ajudou os pioneiros de Santana do Itararé. O religioso entronizou na capela do povoado uma imagem de Santa Ana e tornou-se um hábito da população festejar sua padroeira.

Com a chegada de novas levas de migrantes, vindas dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, o lugar foi crescendo, tanto é que pela divisão territorial do Estado do Paraná do ano de 1920, com a denominação de Santa do Itararé, já figurava como Distrito Judiciário de Wenceslau Braz, em função de nova divisão territorial.

Hoje temos a grata satisfação de constatar que o esforço concentrado de diferentes raças e credos, valeu a pena. Os resultados são surpreendentemente favoráveis.

A proposição deste Parlamentar, visa prestar uma justa homenagem àquela população que muito orgulha o nosso Estado.

#### REQUERIMENTO Nº 2139

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de congratulações, a empresa Krindges Industrial Ltda. da Cidade de Ampére, pelos vinte anos de sucesso e desenvolvimento empresarial.

Sala das Sessões, em 18.10.99.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

Localizada na Cidade de Ampére, sudoeste paranaense, a Krindges Industrial Ltda, é hoje uma das mais importantes confecções do Brasil.

Com capacidade produtiva de 220 mil peças mês a Krindges destaca-se pela comercialização de seus produtos (calças, camisas e bermudas) no mercado interno, nos países do MERCOSUL e em breve exportando para os mercados europeu e norte americano.

Com um parque fabril de 20.600 m<sup>2</sup>, a empresa gera atualmente 1.200 empregos, pretende em breve inaugurar mais 8.000 metros quadrados elevando para 1.700 o número de pessoas empregadas, atingindo 25% da população economicamente ativa do município.

#### REQUERIMENTO Nº 2137

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, o envio de voto de congratulações ao Sindicato dos Bancários, pelo lançamento da Cartilha “Os Bancos e Você”, ocorrido no último dia 15 de outubro do corrente, no Hara Palace Hotel, em Curitiba.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõem os Arts. 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando envio de cópia do presente, a Presidência do Sindicato dos Bancários, representado pela pessoa do Sr. José Daniel, na Av. Vicente Machado, nº 18, 8º andar, Curitiba, Paraná, CEP 80420-010.

Sala das Sessões, em 18.10.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2140

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos, ao Instituto Histórico e geográfico de Paranaguá, pela passagem dos 68 anos de fundação, extensivos ao seu presidente Vereador Alceu Maron e demais membros da diretoria, a seus funcionários e demais familiares.

Sala das Sessões, em 18.10.99.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, instituição civil e cultural, fundada em 26 de novembro do ano de 1931, destina-se a preservar a memória histórica e as tradições do Berço da Civilização Paranaense.

Dentro das atividades desta instituição, estão as de estudar o folclore regional e as línguas indígenas do Brasil, com especialidade dos povos que habitaram e dos que ainda habitam o território paranaense.

#### REQUERIMENTO Nº 2142

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido na Ata dos tra-

balhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Leocides Amorim e Paulina Amorim, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta casa de leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 18.10.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2150

Senhor Presidente.

O Deputado que o este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Sociedade Beneficente dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Paraná (rua Frei Henrique de Coimbra, 1011, Vila Hauer, Curitiba), pela posse de sua nova Diretoria.

Sala das Sessões, em 18.10.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Beneficente dos Subtenentes e Sargentos da PMPR, empossou sua nova Diretoria em data de 15 outubro de 1999.

A nova Diretoria da Instituição, ficou assim composta:

Presidente:	SGT Elídio Donizete Rodrigues - Maringá
Vice-Presidente:	SGT Anilton Laercio Siqueira - Colorado
1º Secretário:	SGT RR Sebastião Carlos dos Santos - Londrina
2º Secretário:	SGT Sebastião Aparecido Moreira da Silva - Pato Branco
1º Tesoureiro:	SUB TEM RR Mario Morra D'Ávila - Jacarezinho
2º Tesoureiro:	SGT Elio Florêncio Ribeiro - Maringá
Tesoureiro Geral:	SGT Aparecido Alves da Silveira - Paranavaí

Secretário Geral:	SG Antonio Luiz Lage - Paranavaí
-------------------	----------------------------------

Foi empossado também o novo Conselho Fiscal, que ficou assim constituído:

Presidente:	SGT Elizeu Moreira da Silva - Cascavel
Secretário:	SGT José Mendonça Sobrinho - CB de Paranavaí
Membro:	SGT Cláudio Machado dos Santos - Astorga
Membro:	SUB TEM Valdener Cavalcanti dos Santos - Londrina
Membro:	SGT Paulo Alves Peixoto - Banda de Música - Maringá

A Instituição, fundada em 14/10/1995, possui um total de 2.689 sócios, sendo 642 sócios da ativa, 564 sócios da Reserva e 1.483 sócios remidos.

Além do lazer e da beneficência aos associados como prevê o Estatuto, a sociedade pretende resgatar a credibilidade, criar ambiente agradável onde todos os associados possa sentir-se bem e ter orgulho em ser sócio, promovendo a união da classe.

À nova Diretoria da sociedade Beneficente dos Subtenentes e sargentos da PMPR, através do seu Presidente SGT Elídio Donizete Rodrigues, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2151

Senhor Presidente.

O Deputado que o este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor do Jornal Gazeta do Povo, por ter sido escolhido como "Profissional de Vendas/99", conferido pela Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil, ADVB.

Sala das Sessões, em 18.10.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Por unanimidade, em votação secreta, a Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil - ADVB, foi indicado o nome do Empresário Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor do Jornal Gazeta do Povo e Diretor Presidente da TV Paranaense Canal 12 e da Rede Paranaense de Televisão, para o prêmio "Profissional de Vendas de 1999".

O prêmio, mais que merecido, é o reconhecimento pela personalidade e liderança do homenageado, pelo sucesso nas empresas que dirige, pelo constante exemplo de honradez nos meios de comunicação e pelo que ele representa no Estado do Paraná, sempre fazendo em defesa dos interesses da nossa população.

O prêmio, instituído há 10 anos tornou-se uma das respeitáveis promoções do Estado, pela forma como é

conduzida. Em assembléia geral, os associados indicam vários nomes merecedores do prêmio. A lista é então levada à votação secreta pela Diretoria, que, neste ano, por unanimidade indicou o nome do Dr. Francisco Cunha Pereira Filho.

Pela escolha com o merecido e honrado prêmio, receba o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2155

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja inserido na Ata dos trabalhos desta Sessão Ordinária, votos de congratulações ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor-Presidente da Gazeta do Povo e Rede Paranaense de Televisão, que receberá na próxima quinta-feira, dia 21.10.99, o Título de Profissional de Vendas 99.

A homenagem foi concedida pela Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil - seção Paraná, durante o Top de Marketing e Profissional de Vendas 99 do Paraná.

Mais uma vez, o ilustre empresário do ramo das comunicações, recebe uma justa homenagem que muito honra o Paraná.

Isto posto, justificamos o nosso requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 2156

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de voto de congratulações à Companhia Cacique de Café Solúvel, pelos 40 anos de fundação a serem comemorados no próximo dia 19.10.99.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente da Companhia, Senhor Sérgio Coimbra, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Tiradentes, 5000, Londrina.

Sala das Sessões, em 18.10.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Horácio Sabino Coimbra vislumbrou que a industrialização de produtos agrícolas para comercialização no exterior era um caminho lógico e irreversível e que a produção de um café solúvel brasileiro, com o grão brasileiro, de alta qualidade, chegaria a um excelente produto final, com o qual passaria a disputar o difícil mercado mundial. Diante disso, fundou, em 19.10.1959, a Cia. Cacique de Café Solúvel em Londrina, região que, na época, era a que mais produzia café no mundo.

A Companhia Cacique de Café Solúvel, durante esses 40 anos de industrialização do café, agregou renda e gerou empregos. Graças à visão de longo prazo de seu fundador, a empresa começou de forma correta, capacitando-se para entrar, competir e atender às exigências do

mercado internacional do café solúvel, absorvendo e aprimorando tecnologia de sustentação de seus objetivos, compatibilizando a produção industrial à prática de preços competitivos.

Em 1970 a Cacique já era a principal exportadora de café solúvel do Brasil. Hoje, a empresa tem produção total de 22 mil toneladas por ano e possui a maior indústria de café solúvel do mundo sob o mesmo teto com 36,2 mil m<sup>2</sup>2 construídos, exportando seus produtos para 47 países, sendo mais de 65 milhões de pessoas espalhadas pelo mundo que, diariamente, tomam uma xícara de café Cacique.

Desta forma, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o presente requerimento objetiva manifestar o reconhecimento à importância da existência desta empresa marcada pelo sucesso, não só para Londrina, mas para todo o mercado de exportação brasileiro.

#### REQUERIMENTO Nº 2158

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Conselho Regional de Medicina, pela comemoração do Dia do Médico.

Sala das Sessões, em 18.10.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Comemoramos hoje, o Dia do Médico. Comemoramos, pois todos nós, em algum dia das nossas vidas, passamos pelas abençoadas mãos destes profissionais que têm o poder de curar.

A Medicina, esta profissão tão cobiçada por muitos e tão importante para todos só pode ser exercida por quem tem mais que um compromisso consigo mesmo e com a sua profissão - mas por quem tem um compromisso com a VIDA.

A medicina é um sacerdócio. Quem a escolhe não tem dia, nem noite, nem hora, nem família - nada que seja realmente seu, já que o médico - ele mesmo - é de todos, é um instrumento a serviço dos demais, não só curando, mas prevenindo doenças.

Aos médicos, mais que a nossa admiração - a nossa gratidão. As nossas homenagens a todos os médicos, em especial aos abaixo mencionados, premiados pelo Conselho Regional de Medicina: Dr. Amadeu Beduchi, Dr. Augusto Grohmann Filho, Dr. Carlos Franco de Souza, Dra. Célia Paciornik Galbinsk, Dr. Celso Silveira Fontes, Dr. Edgar Barbosa Ribas, Dr. Francisco Sansone, Dr. François Moura Gheur Neto, Dr. Frederico Guilherme Virmond, Dr. Geraldo Maria de Cicco, Dr. Hamilton Leal, Dra. Iorcina Moura, Dr. Lino Ercole, Dr. Manoel Andrade, Dr. Mário Sampaio, Dr. Oriente de Godoy, Dr. Paulo Monte Serrat, Dr. Sebastião Lopes, Dr. Tazir Leprevost, Dr. Walter Pecoits.

Ao Conselho Regional de Medicina e a todos os homenageados, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2159

Senhor Presidente.

O Deputado Luiz Accorsi, subscritor do presente documento, REQUER à Mesa, após aprovação do Plenário, a inserção nos Anais dos trabalhos desta Casa, de voto de regozijo pelo transcurso da data dedicada aos profissionais da Medicina, celebrada no dia de hoje, 18 de outubro.

Sala das Sessões, em 18.10.99.

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA

Por iniciativa de legisladores, de entidades jurídicas e inclusive de organizações não governamentais, o nosso calendário registra datas comemorativas para a reverência de nomes consagrados pela igreja, de elementos naturais vitais à existência, como a água, o solo, a árvore e de atividades ou profissões de reconhecida importância para o bem-estar da humanidade.

Dentre as efemérides assinaladas, destaca-se o Dia do Médico, lembrado em data de hoje e esse é o motivo que nos leva a firmar o requerimento em tela, aguardando que essa iniciativa se consubstancie em merecida homenagem a todos os colegas médicos do Paraná inteiro.

#### REQUERIMENTO Nº 2138

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria dos Transportes, solicitando atenção especial à Rodovia do Cerne, principalmente no trecho entre a Capital do Estado e Piraí do Sul, conforme segue.

Sala das Sessões, em 18.10.99.

(a) ADEMIR BIER

#### JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se devido ao estado em que se encontra a referida rodovia, motivo de constantes reclamações e manifestações dos produtores rurais que a utilizam para principal meio de escoamento da produção agrícola e de empresários que necessitam dela para transportar a produção para outras partes do Paraná e até mesmo de outros Estados. Um terço dos 480 quilômetros entre Alvorada do Sul - região de Londrina - e Curitiba permanece sem asfalto. Da Capital até Piraí do Sul o cascalho e o patrolamento estão sendo providenciados pelos proprietários de minas de calcário e talco da região.

#### REQUERIMENTO Nº 2141

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Tele-

comunicações do Paraná, no sentido de atender o pedido do Sr. Jorge Luiz Bassani, residente à Rua Francisco Eugênio Gomes Pereira, nº 240 - Jardim Atuba II - Município de Pinhais, que pede agilização e previsão de instalação de um terminal telefônico, cuja inscrição foi feita em 09.02.94 através do CPF 257.761.859-04.

Sala das Sessões, em 18.10.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2145

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expe-diente ao Ilmo. Senhor Raimundo P. Martins da Costa - Diretor de Operações da América Latina Logística S/A (Sul Atlântico), solicitando providências urgentes para a recuperação da sinalização da passagem de nível da Estrada da Graciosa, na saída da Cidade de Morretes, próximo ao local conhecido como Sítio do Campo, em direção à Paranaguá.

Sala das Sessões, em 10.10.99.

(a) RICARDO CHAB

#### JUSTIFICATIVA:

Já ocorreram vários acidentes, culminando neste último final de semana, exatamente no dia 11 de outubro do corrente, às 03h45min, com 04 vítimas, sendo que o jovem de 22 anos, José Gustavo Cavagnolli Ribas, perdeu a vida.

A passagem de nível está há meses sem qualquer sinalização (sonora ou através de iluminação intermitente ou cancela).

Contando com o apoio dos nobres Pares, requer seja expedida correspondência ao Senhor Raimundo P. Martins da Costa, MD. Diretor de Operações da América Latina Logística S/A (Sul Atlântico) - Avenida Sete de Setembro, nº 2.645 - Centro - CEP 80230-010 - Curitiba-PR.

#### REQUERIMENTO Nº 2144

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa de Leis a "Carta Aberta" elaborada no II Seminário de Segurança nas Escolas de Curitiba, do Núcleo Regional de Educação de Curitiba, da Secretaria Estadual de Educação.

### Projeto de Resolução:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 036/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica autorizada a realização do plebiscito, na área abaixo especificada, visando consultar a população, conforme prescrição legal sobre a criação do Município Flor da Serra do Iguaçu, com as seguintes divisas:

“Com o Município de Cerro Azul, inicia na foz do córrego Tamanduá no Rio Iguaçu, sobe por este até a foz do Rio Gonçalves Dias. Com o Município de Capitão Leônidas Marques, inicia na foz do Rio Gonçalves Dias no Rio Iguaçu, sobe por este até a foz do Rio Cotegipe. Com o Município de Nova Prata do Iguaçu, inicia no Rio Iguaçu, na foz do Rio Cotegipe, sobe por este até a foz do Rio Jacutinga, sobe por este até encontrar a estrada linha Gaúcha. Com o Município de Realeza, inicia no encontro do Rio Jacutinga com a estrada linha Gaúcha, segue por esta até a estrada que liga a linha Baitaca a PR-182, segue por esta até encontrar a PR-182, deste ponto segue por uma estrada municipal até encontrar um afluente do Rio Capanema, desce por este até a sua foz no Rio Capanema. Com o Município de Planalto, inicia na foz de um afluente no Rio Capanema, desce por este até a foz do córrego das Flores ou arroio da Queda, sobe por este até sua cabeceira. Com o Município de Capanema, inicia na cabeceira do córrego das Flores ou arroio da Queda, deste ponto segue por uma linha seca e reta até a cabeceira do córrego Tamanduá, desce por este até sua foz do Rio Iguaçu.”

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.99.

(a) NEREU MOURA

## Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 518/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Delegacia da Mulher no Município de Paranaguá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.99.

(a) ALGACI TULIO

**JUSTIFICATIVA:**

O Município de Paranaguá, litoral do nosso Estado, onde está localizado um dos portos mais importantes do nosso País, possui hoje cerca de 120.000 habitantes (população fixa). Este número torna-se bem maior com a população itinerante, que chega com os navios e caminhões.

Por ser cidade portuária, o índice de ocorrências policiais é muito grande, e os índices de ocorrências envolvendo mulheres cresce assustadoramente. Há necessidade emergente de instalação de uma delegacia

especializada, já que não podemos ficar alheios a esta triste realidade.

O município já possui estruturado o Conselho da Mulher, que vem desenvolvendo um importante trabalho junto à população. Mas não é o suficiente, devido ao elevado índice de violência e casos policiais envolvendo mulheres na cidade, o que comprova a urgente necessidade da instalação desta delegacia.

Sendo assim, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei, que em muito virá beneficiar aquela municipalidade.

PROJETO DE LEI Nº 519/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no Município de Paranaguá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.99.

(a) ALGACI TULIO

**JUSTIFICATIVA:**

O Município de Paranaguá, litoral do nosso Estado, onde está localizado um dos portos mais importantes do nosso País, possui hoje cerca de 120.000 habitantes (população fixa). Este número torna-se bem maior com a população itinerante, que chega com os navios e caminhões.

Por ser cidade portuária, com população diversa, que a todo momento chega e sai, ocasiona um altíssimo índice de criminalidade, especialmente ligada à infância e adolescente. São muitos os casos, especialmente de prostituição infantil noticiados nos jornais diariamente, envolvendo o Município de Paranaguá.

As autoridades policiais, na tentativa de coibir o aliciamento, tráfico e exploração de menores, vem desenvolvendo um exaustivo trabalho, mas que infelizmente não tem sido suficiente para a diminuição dos casos.

É importante que o Governo do Estado efetue a instalação desta delegacia especializada, com pessoal especializado em casos de menores, pois este passo em muito contribuirá para a solução deste gravíssimo problema que Paranaguá está enfrentando.

Sendo assim, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei, que em muito virá beneficiar aquela municipalidade.

PROJETO DE LEI Nº 520/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**



Art. 1º - Os estabelecimentos de ensino de 1º grau localizados no Estado do Paraná, anualmente, por ocasião do recebimento das matrículas dos alunos, exigirão a apresentação da Carteira de Vacinação atualizada.

Parágrafo Único - Constatando a falta de registro de alguma das vacinas recomendadas pelo Ministério da Saúde, a direção do estabelecimento escolar deverá encaminhar o aluno à Unidade de Saúde apta para a aplicação da mesma.

Art. 2º - As direções escolares terão a responsabilidade de averiguar o cumprimento do que disposto nesta lei, bem como acompanhar a exata progressão das vacinações de cada um dos alunos matriculados.

Parágrafo Único - Sempre que for identificada a ausência de anotação de vacina recomendada, a direção escolar terá um prazo de 30 (trinta) dias para regularizar a situação.

Art. 3º - A Secretaria de Estado da Saúde deverá informar a todas as escolas quais são as vacinas recomendadas e as épocas adequadas para aplicação, seguindo as faixas etárias dos escolares.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.99.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa especialmente auxiliar aos órgãos governamentais no controle e erradicação das doenças plausíveis de prevenção.

Com a exigência da apresentação da Carteira de Vacinação atualizada por ocasião da matrícula escolar, teremos o engajamento de uma significativa força atuante na fiscalização da participação de um número maior de crianças nas campanhas de vacinação desenvolvidas pelo setor de saúde pública do Estado do Paraná, que são as direções das Escolas existentes em nosso Estado.

Com a aprovação desta lei, entendemos que nosso Estado dará mais um significativo passo rumo à erradicação das diversas moléstias que possam ser evitadas através da prevenção.

Contamos com o voto favorável dos nobres Deputados e com a sanção do Executivo Estadual e aplicação da presente lei.

PROJETO DE LEI Nº 521/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, o Lar Beneficente Frederico Ozanan, com sede e foro no Município de Iporã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.99.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede na Rua XV de Novembro, s/n, na Cidade de Iporã, constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, filantrópica, sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado, sem distinção de sexo, raça, cor, nacionalidade, política ou outra natureza.

O Lar Beneficente Frederico Ozanan, tem por finalidade prestar assistência social a indigentes e pessoas carentes, com a promoção humana destas pessoas tão desprovidas de recursos, possibilitando o encaminhamento escolar; assistência médica, hospitalar-farmacêutica; alimentação; vestuário e abrigo domiciliar.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoioamento e conseqüente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 522/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Lar do Menor Siqueirense, com sede e foro no Município de Siqueira Campos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.99.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O Lar do Menor Siqueirense foi fundado com a finalidade de prestar assistência social e promoção humana junto aos menores carentes, abandonados e desajustados, de ambos os sexos, sem qualquer distinção de raça ou cor, na faixa etária de 06 a 14 anos de idade, educando e orientando-os com o fim específico de integrá-los a qualquer tempo à comunidade.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 523/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação Nossa Senhora Aparecida de Barra dos Andrades", com sede e foro na Cidade de Rebouças.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.99.

(a) ÂNGELO VANHONI

**JUSTIFICATIVA:**

Tal pedido de Utilidade Pública justifica-se em razão dos relevantes serviços que esta associação presta a comunidade que representa.

Dentro de seu programa de trabalho, a Associação Nossa Senhora Aparecida dos Moradores de Barra dos Andrades vem desenvolvendo gestão junto aos órgãos públicos, no sentido de viabilizar reparos em estradas, cascalhamento, ponte sobre o rio Barra dos Andrades, entre outras ações.

Tais fatos corroboram a necessidade desta iniciativa que queremos compartilhar com os nobres Pares desta Casa de Leis.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

No Pequeno Expediente passamos a palavra a primeira oradora inscrita, Deputada Luciana Guzella Rafagnin.

**A SRA. LUCIANA RAFAGNIN**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Faço uso desta tribuna pela primeira vez para falar de um assunto que considero importante para todo o Paraná que é a questão da agricultura familiar.

Por ser pequena agricultora e dirigente sindical temos acompanhado de perto as grandes dificuldades que enfrenta o agricultor para produzir hoje.

Essa crise que assola a nossa agricultura não vem de agora, já faz alguns anos pelos desastrosos planos econômicos impostos à classe trabalhadora.

Quem vive no campo sabe bem das grandes dificuldades, começando pelo Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor e por último, Plano Real.

Temos dados, segundo a Universidade de São Paulo, que nos primeiros anos do Governo Fernando Henrique a agricultura perdeu em torno de 15 bilhões de reais.

Esse dado aumenta ainda mais se pegarmos a Federação da Agricultura do Paraná, que eleva isso para 24 bilhões de reais. Isso se tornou uma verdadeira bola de neve que tem dizimado as nossas pequenas propriedades.

Outro dado que é alarmante é que 96 mil pequenas propriedades desapareceram; faliram completamente e foram absorvidas pelos grandes proprietários.

Temos sim o nosso pequeno agricultor que tenta se viabilizar na sua propriedade buscando várias formas de organizações.

Cito o exemplo da nossa região do sudoeste do Paraná, onde através do Pró-Leite, através da Acrapa, Comissão Regional de Mulheres, Movimento Sindical que muito tem batalhado pela sobrevivência da nossa agricultura.

Senhor Presidente, sabemos que esta Casa deu um passo muito importante na questão da agricultura familiar quando criou a Frente Parlamentar em Defesa da Agricultura Familiar. Sabemos que é importante, mas não basta só isso.

É importante que aprovamos, em regime de urgência, projetos que aqui estão como o FUNDAF, o Seguro Agrícola, o projeto que normatiza a elaboração e a comercialização dos produtos agroartesanais.

Por isso é importante que voltemos o nosso pensamento para o campo, para o meio rural como um todo e que a gente possa ver o ser humano sendo valorizado, que passamos a sentir que o homem do campo seja visto, seja valorizado através das políticas públicas e do bem-estar social, que ele possa se beneficiar também da saúde do meio ambiente, do lazer, da educação.

Por isso, Senhores Deputados, que pensando na pequena propriedade, pensando na agricultura familiar, que faço uso desta tribuna.

Gostaria de dizer que depende muito de nós a viabilização do nosso homem do campo, pois já vimos que a desvalorização da nossa agricultura tem feito com que cresçam, que se multipliquem as favelas do nosso Estado. Tem feito com que homens e mulheres, crianças e jovens perambularem pelas favelas de beira de asfalto e ficam sonhando em poder ter o seu pedaço de chão, em poder plantar novamente e voltar a produzir.

Por isso, Senhores Deputados, a agricultura familiar depende muito de cada um de nós e, é nesse sentido que nós usamos a tribuna, pedindo o apoio de cada Deputado, para que a gente volte os olhos aos projetos que estão já nesta Casa de Leis e que venham a beneficiar a nossa agricultura familiar.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Segundo orador inscrito, com a palavra o Deputado Luiz Carlos Zuk.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada, ilustres presenças em nosso Plenário e destacado Comitê de Imprensa, realmente em favor deste Parlamento.

Esta Casa de Leis tem um adendo que se chama Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Este Tribunal é um apêndice deste Poder, o qual tem no seu orçamento uma dotação quase igual ou semelhante à nossa Casa de Leis.

Este adendo é composto por um Conselho, dos Senhores Conselheiros, Auditores e funcionários daquela Instituição que fazem com que as contas abrangentes aos municípios paranaenses, as autarquias, enfim, a todo Poder Público, sejam por ele analisados.

Ele é composto por uma parte indicada pelo poder Executivo e, a outra parte, pelo Poder Legislativo.

Este Poder, em uma das últimas indicações, que era avocada a nós como Poder Legislativo, por benevolência deste Poder foi concedida aquela indicação para uma pessoa alheia a este Poder.

Lá, ele se encontra como conselheiro até o dia de hoje.

Agora, Senhor Presidente e Senhores Deputados, quando esta Casa tem novamente as prerrogativas constitucionais para indicação de um novo Conselheiro do Tribunal de Contas, vemos nos órgãos de imprensa, forças alheias a esta Casa, que nada tem a ver com o Poder Legislativo, que não tem afinidade com nenhum dos Senhores Deputados que não tem aquiescência da Mesa Executiva desta Casa, que não tem contato nenhum com o Senhor Presidente, serem indicados na imprensa por um Poder alheio a este nosso como sendo pretendente ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas desse Estado.

Quero propor, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que cada Liderança - entre todos os Senhores Deputados desta Casa, aqueles que pertençam ao partido que pertencerem, mas que tenham pretensão de serem indicados por este Poder Legislativo para o Cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, que os Líderes dessas Bancadas, de cada bancada, fizesse uma escuta dentro do seu Partido.

E nós, como Poder, com a maturidade que possuímos, tirar o nome a ser referendado por esta Casa para ser representante desta Casa e não ser representante de outro Poder ou muito menos ainda de alguém que não tem nada a ver com esse ou com aquele outro Poder.

A indicação é nossa, Senhor Presidente e Senhores Deputados. Vai sair o próximo Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, porque os Senhores Deputados da base governista ou da base da oposição, aqui a base maior é a base do Poder. E, tenho a certeza absoluta, conversando que já estive com o PFL, com o PTB, com o PSDB, todos os partidos e sua Liderança comungam deste pensamento.

Chega, Senhor Presidente e Senhor Deputados, de ingerência de fora para dentro desta Casa, fazendo os Senhores Deputados engolir, mastigar borracha e dizer que chega. Chega!.

Este poder vai ser autêntico, esta Casa vai ser respeitada e o próximo Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Senhor Presidente e Senhores Deputados, será indicado por este Poder Legislativo.

E aqueles que pensam que poderão manipular, pensando que alguém que sustenta o Governo nesta Casa vai votar contra este Poder, pode ficar enganado. A imprensa aí está, dará os nomes, porque vamos pedir que nominal e abertamente seja votado o que é de interesse deste Poder e o que é de interesse daqueles que não querem dar a independência da indicação no sentido constitucional, já pertence a esta Casa de Leis.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, tenho a certeza absoluta do que estamos vendo na imprensa do Paraná, não passa meramente daquilo que já foi apagado na história deste Poder. Não existirá ingerência de fora! Existirá, isso sim, um sentido altruístico, um sentido de dar mostras ao Paraná que esta Casa tem maturidade suficiente e tirará do nosso meio, como já tirou, os grandes conselheiros que ali estão. Ex-Deputados que com o seu trabalho honesto, sério, competente e principalmente de interesse deste Poder, demonstram no exercício da sua função, que a próxima vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas será exercida por um dos representantes desta Casa.

Tenho a certeza que a Mesa Executiva, presidida pelo ilustre Deputado Nelson Justus e composta por todos os representantes dos Partidos e da Mesa Executiva, haverá de somar com esta intenção de darmos a esta Casa uma representação no Tribunal, que realmente se identifique com os princípios que norteiam o Poder Legislativo deste Estado.

Tenho a certeza, também, Srs. Deputados, que nós haveremos de ratificar essa indicação com a maturidade que nós possuímos e um consenso entre todos os Partidos, haveremos de tomar um nome que realmente seja digno deste Poder e que nos represente naquele adendo desta Casa de Leis do Paraná.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Deputado Hermas Fonseca.

#### O SR. HERMES FONSECA

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na semana passada, o Deputado Algaci Tulio usou a tribuna e abordou uma questão importante para o Paraná que é a questão ambiental, quando fez uma apologia do programa de reciclagem de lixo aqui de Curitiba, "Lixo que não é lixo" e dos seus resultados e que o Governo do Estado do Paraná estaria levando essa experiência para mais de uma centena de municípios paranaenses. Entendo que é uma iniciativa louvável e realmente o Paraná precisa se preocupar com o seu meio ambiente, porque os lixões a céu aberto estão á beira das estradas federais e das grandes estradas estaduais que estão nas mãos das concessionárias e tem um lixão no Norte do Paraná, na cidade de Jataizinho, à beira da BR-369, na porta de entrada da praça de pedágio da BR-369.

É preciso que o Governo, através do Secretário e Meio Ambiente possa e deva, acima de tudo, estabelecer um critério parcimonioso para que realmente essa experiência seja levada aos municípios que necessitam do apoio do Governo.

Há inúmeros municípios no Norte do Paraná que tratam de forma inadequada o lixo urbano, criando os lixões a céu aberto, mau cheiro, poluição dos mananciais de água, dos lençóis freáticos e é preciso que essa

questão, como abordou o Deputado Algaci Tulio, seja tratada com muita seriedade no Estado do Paraná, mas que o Governo possa ver as experiências bem sucedidas que existem em diversos municípios, entre os quais, incluo o município de Cornélio Procópio, minha terra, onde, quando prefeito, tivemos a oportunidade em 1985 de inaugurar a primeira usina de reciclagem e compostagem de lixo urbano do estado do Paraná. No entanto, essa usina que foi levada para mais de cinco dezenas de municípios deste país, não recebeu do governo e principalmente, dos técnicos e do Diretor da SEDHERSA e do próprio IAP, o apoio necessário, porque nesse órgãos se estabelece uma barreira quanto à compostagem de lixo nesse Estado.

Incentivam a reciclagem mas vetam a compostagem e esta experiência dupla de reciclagem e compostagem, é vitoriosa neste país numa experiência artesanal e metalmeccânica, não precisando de equipamentos sofisticados e tem dado resultados surpreendentes quando manipulados adequadamente o seu processo de transformação. Na nossa experiência de Cornélio Procópio, fizemos convênio com o IAPAR, o Instituto Agrônomo do Paraná, que pesquisou por muito tempo a composição do composto orgânico e determinou que a sua utilização era extremamente adequada para reconstituir os solos empobrecidos deste Estado.

Quero nesta oportunidade pedir ao Deputado Algaci Tulio, que é um Deputado que se preocupa com esta questão ambiental, e tem demonstrado isso por inúmeras vezes nesta legislatura, nesta Casa, e leve esta preocupação aos órgãos técnicos do Estado, principalmente a SUDHERSA, principalmente ao IAP, de que a experiência da compostagem é uma experiência vencedora, é uma experiência que pode ser levada para muitos municípios deste Estado, para que realmente possa contribuir para o enriquecimento dos solos empobrecidos, das regiões mais afetadas deste Estado.

E quero dizer também, que os recursos anunciados pelo Deputado, são os recursos que o Governo do Estado está negociando junto à Caixa Econômica Federal, que possam ser levados também para os municípios que já tem uma experiência nesta área, mas que precisam melhorar e aprimorar o processo como é o caso de Cornélio Procópio, que hoje já precisa ampliar a sua área de compostagem e já precisa realmente de equipamentos para fazer a coleta seletiva de forma adequada.

#### **O Sr. Algaci Tulio**

Vossa Excelência deve estar já no horário da liderança do PT, quero dizer da minha satisfação de ouvi-lo na tribuna, tocando num assunto que é por demais importante, que cabe a esta Casa se aprofundar constantemente na questão do meio ambiente.

E me lembro ainda quando estava aqui na Assembleia como Líder do Governo, me lembro de contato feito com seu irmão, Prefeito da cidade, da satisfação que ele demonstrava em estar colocando em prática este projeto,

e até confesso a Vossa Excelência que fiquei devendo uma vista no dia da inauguração da usina, mas o farei tão logo seja possível, porque já naquela ocasião o Prefeito me dizia da inovação, da importância da usina, muito embora enfrentando naquela ocasião uma disputa judicial com o Ministério Público, mas fazia ele colocar em prática aquilo que era desejo, que era necessidade do seu município.

Quero dizer a Vossa Excelência que vou procurar conversar com o Secretário do Meio Ambiente, Hitoshi Takamura, com o Presidente da SUDHERSA, Nicolau Klüppel, para que a gente possa utilizar esta experiência de Cornélio Procópio, e os demais municípios do nosso Paraná, hoje são 151 municípios que assinaram na semana passada, mais 50 que já estavam funcionando, temos aí mais de 200 municípios no Paraná sendo atendidos na questão de coleta reciclável do lixo. Mas sempre é bom verificar a experiência daqueles municípios, que pela sua própria autonomia, pela sua própria experiência, colocam em prática projetos que as vezes são bem mais baratos e mais práticos do que aqueles que de vez em quando o Governo se obriga a colocar em prática.

Parabenizo-o pela abordagem do assunto e acho que é esse o caminho, de procurarmos debater aqui à exaustão, a questão do Meio Ambiente, porque é uma obrigação desta Casa, e do Governo, também, em dar a cobertura e o atendimento necessário àqueles municípios que já estão trabalhando com o lixo reciclável. Parabéns.

#### **O SR. HERMES FONSECA**

Agradeço o aparte do ilustre Deputado, e quero dizer, Deputado Algaci, gostaria muito de poder contar com a sua ajuda, e tomo a liberdade aqui, em Vossa Excelência sendo um Deputado da base governista, que possa incluir Cornélio Procópio também, dentro dos municípios que possam receber os recursos da Caixa Econômica até para aprimorar a experiência de Cornélio Procópio.

Quero dizer que a disputa com o Ministério Público não foi com o Ministério Público, quem acionou o Ministério Público contra a Prefeitura de Cornélio Procópio foi exatamente o IAP, que é um órgão do Governo do Estado do Paraná.

Quando Prefeito, eu construí aquela usina pioneira no Paraná, tecnologia de ponta, as suas administrações que me sucederam sucatearam a usina, o meu irmão, atual Prefeito, reconstruiu a usina, e na hora de inaugurar tivemos este dissabor de poder enfrentar um instituto do Estado do Paraná, que objetava com relação à instalação.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Esta Presidência informa que V.Exa. está utilizando o Horário do PT, portanto, é possível a concessão do aparte.

#### **O Sr. Algaci Tulio**

Só me permita, Deputado Hermes Fonseca, no momento, me lembrar que havia uma questão judicial, não lembrava, exatamente, quem é que teria feito o acionamento junto ao Ministério Público. Mas, V.Exa. realmente, lembrou-me uma ocasião que iniciou-se essa obra na sua gestão como prefeito, e completada agora na gestão do seu irmão. Por isso, mais uma vez, eu parabeno V.Exa. pelo trabalho.

#### O Sr. José Maria Ferreira

Deputado Hermas Fonseca. V.Exa, quando fala do tratamento do lixo e da compostagem do lixo, fala com competência e sobre tudo com autoridade, porque entre o período em que V.Exa. foi Prefeito de Cornélio Procópio, da nossa querida Cornélio Procópio que também assim posso dizer, porque sou da região e sou testemunha do trabalho e do empenho de V.Exa. quando foi buscar tecnologia ainda de Blumenau, uma empresa que na época era a única que tinha, que detinha tecnologia para a compostagem do lixo. E, sem dúvida, foi através da instalação da usina de compostagem de lixo de Cornélio Procópio que saiu a de Ibiporã, saiu a de Arapongas e assim por diante. Vossa Excelência foi o exemplo pioneiro na região.

E estive na inauguração da usina, ainda no período de seu governo como Prefeito, mostrou ali a grandiosidade, o carinho e atenção que V.Exa. teve.

E estamos dando entrada, já demos entrada na Casa de um Projeto que trata exatamente da questão do lixo. E V.Exa. abordou no início da vossa fala a questão do lixo de Jataizinho, ali porque é um exemplo mais tópico, porque está na porta de entrada da praça de pedágio, mas se for ver quase que toda a nossa região: é Assaí, é Santa Cecília, é São Jerônimo, é Curiúva, todas as nossas cidade têm o lixo tratado à beira da estrada, como se tratado fosse apenas jogá-lo sem nenhuma condição de separação. E, um Estado que quer ser ambientalista, não pode aceitar esta questão. Tanto é que nós estamos também com a visão que V.Exa. primeiro teve, quando foi Prefeito, e o trabalho aqui que tem feito o Deputado Algaci Tulio, de divulgação desta questão, um projeto que cria um selo e que sem este selo nenhum município no Paraná poderá ter convênio, estabelecer convênio ou mesmo empréstimo com algum Estado, sem que ele dê tratamento adequado final ao lixo.

Quero aqui parabenizar V.Exa. e, sobre tudo, fazer o reconhecimento pelo seu trabalho, enquanto Prefeito, nesta área.

Muito obrigado!

#### O SR. HERMES FONSECA

Para finalizar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de mais uma vez registrar que essa experiência de Cornélio Procópio foi levada para mais de 50 municípios desse País, mas poucos do Estado do Paraná, porque aqui no Paraná, principalmente, por técnicos da SUDHERSA há uma objeção com relação à compostagem, e também

com relação ao IAP. É preciso que mudemos este comportamento, é preciso que o Estado veja de outra maneira uma experiência que teve êxito e que dá a solução caseira, a solução econômica, barata, para o País no tratamento e no destino final do lixo urbano.

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, o Deputado Ângelo Vanhoni.

#### O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Semana passada, o Superintendente do PROCON esteve aqui na Assembléia Legislativa, Sr. Tércio Albuquerque, e, foi comemorado pela Mesa Executiva e pelos 54 Deputados a modificação do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, que através de uma mensagem da Mesa Executiva, criou a Comissão de Direitos do Consumidor enquanto comissão permanente deste Poder.

Senhores Deputados, tenho aqui um celular. São duas companhias que operam aqui no Estado do Paraná: a TIM TELEPAR Celular e a Global Celular. A TIM, que possui 95% dos aparelhos celulares vendidos em uso no Estado do Paraná e que detém 98% da telefonia fixa no Estado, no processo de privatização não há nenhum mecanismo para fiscalizar a atuação destas empresas no Estado do Paraná. O único mecanismo de fiscalização existente chama-se ANATEL que é um organismo de Brasília e pouco sabe do que acontece no nosso Estado.

Senhor Presidente, cada vez que qualquer usuário do Estado do Paraná utilizar os serviços da TIM TELEPAR Celular, serviços de utilidade pública como o 102, que é auxílio à Lista Telefônica, paga por uma publicidade gratuita dos interurbanos desta empresa. Isto é frontalmente contra a legislação. Os usuários estão pagando para a TIM TELEPAR Celular a propaganda do número 14, o que é proibido pela legislação, e, a tarifa é de R\$2,50. Imaginem quantos milhares de ligações auxílio à lista estão pagando propaganda gratuita.

Outra denúncia, motivo de um requerimento meu está nos jornais e tomando conta da imprensa do nosso Estado. Esta empresa tem um serviço que quando um usuário de telefonia fixa ou móvel, no Estado do Paraná, faz uma chamada para um celular desligado, esta empresa cobra na fatura de quem ligou aquela mensagem da secretária eletrônica que diz: Este telefone não tem Caixa Posta, este telefone está fora do ar ou desligado.

Ora, as pessoas não são obrigadas a pagar esta tarifa. Ela custa trinta centavos e os senhores imaginem quantas ligações acontecem todos os dias com o péssimo funcionamento ainda dos telefones móveis no Estado do Paraná porque não tem antena, não tem rádio base suficiente. Os Senhores imaginem quantas ligações são feitas pelos telefones fixos para os telefones móveis e que esta empresa está lucrando indevidamente e contrária à legislação federal.

O Presidente da empresa não soube se explicar hoje pela televisão. Suava frio ao dar entrevistas na televisão porque não tem justificativa. A empresa está faturando milhares e milhares de reais às custas de uma forma ilegal, dos usuários de telefonia no Estado do Paraná. Como isto é um assunto relente e importante para os consumidores do Estado do Paraná, estou protocolando um requerimento, Senhor Presidente, não sei ainda, não conheço o prazo que Vossa Excelência deu, mas talvez isto seja até objeto de uma comissão especial de três Deputados, quatro Deputados, para que em nome da comissão que não foi instalada ainda, chamem as autoridades, apanhem a legislação assessorarem-se com o Departamento Jurídico da Assembléia, enfim, chamem o organismo do PROCON que já noticiou que vai entrar administrativamente em processo judicial se não forem solucionados os problemas.

Então, que esta Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor possa investigar as irregularidades que estão acontecendo na empresa de telefonia móvel e telefonia fixa no Estado do Paraná.

Já saíram algumas reportagens a este respeito na mídia televisiva. Vi hoje na Band, vi hoje na TV Exclusiva e também na semana passada o Paraná em Páginas também publicou uma matéria dando conta das irregularidades que estão sendo cometidas com o telefone.

Vejam bem, estamos falando de trinta centavos, parece pouco trinta centavos. Estamos falando de dez centavos, parece pouco dez centavos. É como passagem de ônibus, Deputado Alborghetti, um milhão e duzentos mil passageiros entram no transporte coletivo na Cidade de Curitiba, no sistema, um milhão e duzentos mil. Se eu aumentar em dez centavos a passagem, para cada usuário pode parecer insignificante. Coloque isto em um milhão e duzentas mil pessoas todos os dias utilizando o sistema, faça as contas de qual o faturamento que vai dar esses dez centavos no final do mês. O telefone é a mesma coisa.

Por isso, solicito o apoio dos Senhores Deputados porque estou pensando um requerimento para que a Assembléia já neste seu primeiro momento, demonstre para o povo do Paraná que a Assembléia se preocupa com as questões que são importantes, muitas vezes são questões do ponto de vista do consumidor, são setores que são atingidos, não é o conjunto da sociedade, porque não é todo mundo que tem telefone móvel e também não é todo mundo que tem telefone fixo, mas é uma irregularidade que esta empresa multinacional está cometendo no Estado do Paraná e precisamos investigar.

#### **O Sr. Ricardo Chab**

Permite um aparte, Deputado?

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

A Mesa lembra a Vossa Excelência que estamos no Pequeno Expediente. Não é permitido aparte. Já tivemos a benevolência com o Deputado Hermes Fonseca que uti-

lizou o horário do PT e Vossa Excelência já ultrapassou o tempo.

#### **O SR. ÂNGELO VANHONI**

O Deputado Hermes da Fonseca utilizou o horário da liderança do PT?

**(Afirmativa do Senhor Presidente).**

O PMDB fará uso do seu horário? Poderia ceder o horário do PMDB para que pudesse conceder um aparte ao Deputado Ricardo Chab?

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Embora contrariando o Regimento Interno, cedermos o horário do PMDB a Vossa Excelência.

#### **O SR. ÂNGELO VANHONI**

Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado à bancada do PMDB que gentilmente cedeu o Horário da Liderança.

#### **O Sr. Ricardo Chab**

Agradeço a gentileza do Presidente e até a título de contribuir com a sua preocupação, com o depoimento de Vossa Excelência nesta tarde que é algo muito importante para toda a sociedade, a TELEPAR cobra do usuário, porque eles tratam o cidadão não como consumidor e sim como usuário, como somos obrigados a tê-la como única empresa de telefonia fixa, a TELEPAR cobra do cidadão que vai a informação 102 por telefone e quantia de dois reais e sete centavos por informação prestada. E vou mais longe, Deputado, não é só pelo preço, nem tanto pelo preço que é na verdade um absurdo, mas é porque a TELEPAR impõe ao cidadão, ao usuário, todos nós, se você pegar o seu telefone agora e ligar para a TELEPAR você vai ouvir a seguinte informação: "Boa tarde, TELEPAR é 14." O cidadão está pagando à TELEPAR, para ouvir a sua mensagem comercial. Isto é um absurdo, é uma barbaridade.

Então, isto é contra qualquer princípio do direito do consumidor.

Então, é preciso, realmente, vou assinar junto o requerimento, vou votar a favor do requerimento para que a TELEPAR possa explicar ao cidadão, porque tem um outro levantamento feito de que são cinquenta e cinco mil pessoas que acionam o 102 por dia somente em Curitiba, desses cinquenta e cinco mil que ouvem DDD 14 eles recebem uma informação publicitária pelo telefone, 20% são pagas por dois reais e sete centavos. Então, por baixo, a TELEPAR fatura com o serviço de 102 quase um milhão de reais. Então, a soma astronômica é uma coisa absurda, inclusive até a título de informação também, eu não sei se o seu telefone tem a tal da caixa postal.

#### **O SR. ÂNGELO VANHONI**

Anulei já de início porque nunca me adaptei muito bem.

**O Sr. Ricardo Chab**

Só a título de contribuição também, o cidadão quando liga para um telefone que tem a caixa postal e que é para deixar o recado, aquela informação a mais custa à pessoa que está ligando dois reais e sete centavos, ela deixando ou não o recado na caixa postal. Então, além de pagar o telefone que está fora de serviço ou desligado, como o senhor colocou, que parece que são trinta e cinco centavos que a TELEPAR cobra da outra pessoa que liga, quando cai na caixa postal o valor sobe para dois reais e sete centavos, mesmo o usuário tendo usado ou não. Então, quero ser solidário, e parabéns pelo assunto levantado, isso é um assunto que temos que discutir a fundo aqui na Assembléia, porque algumas pessoas inclusive devem explicação à sociedade.

Obrigado.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Deputado Ricardo Chab agradeço o seu aparte, só vem enriquecer e fundamentar mais ainda a preocupação, não só deste Deputado, mas acho que do conjunto desta Assembléia, para que estas incorreções que acontecem na administração de uma concessão de serviço público, que recentemente foi privatizado, seja motivo de preocupação do Poder Legislativo e do conjunto da sociedade para que essas irregularidades não aconteçam.

Faria uso ainda, Senhor Presidente, do tempo que me resta, vou discutir mais tarde quando o requerimento for encaminhado, mas está previsto para a votação de hoje.

Na semana passada apensei um requerimento a esta Casa a respeito do Porto de Paranaguá e Antonina, sobretudo na administração do Porto de Antonina aqui no nosso litoral. Em 1995 estive lá presente junto com o Governador do Estado porque sou do litoral, nasci em Paranaguá, e fui convidado naquele momento porque estava se inaugurando o novo terminal, a possibilidade de novamente o Porto de Antonina ser utilizado. E foi comemorado com muita festa porque o empreendimento que envolvia recursos e a participação de empresas do exterior, sobretudo da Holanda, junto com empresários do Estado do Paraná, a utilização do Porto de Antonina mediante uma técnica moderna, mediante um investimento razoável que vinha na realidade buscar o funcionamento do atracamento dos navios na baía de Antonina, entrando no começo da baía uma barça e um sugador iriam até o navio, porque não há calado suficiente, iriam até o navio, de lá retiravam a mercadoria, traziam para a Cidade de Antonina e de lá os caminhões transportavam.

Pois bem, esta empresa social majoritária desse empreendimento chamado FUNTRANS, são holandeses, eles hoje já não estão mais dirigindo a FUNTRANS, deram um calote neste empreendimento, a projeção dos negócios previa dois rebocadores, oito barças, dois guindastes, um sugador de grãos na entrada da baía; um

dos rebocadores foi mandado para a África do Sul e afundou no percurso, no lugar de oito barças, quatro ficaram operando, um dos guindastes foi mandado também para uma outra cidade fora de Paranaguá, e de certa maneira e tempestade, os maus ventos fizeram com que esse guindaste afundasse também, esses dois grandes aparelhos estavam segurados numa companhia de seguros da África do Sul, também uma coisa meio suspeita que aconteceu. E esta empresa holandesa fechou as portas, agora neste final de ano.

O faturamento da empresa no ano passado foi na ordem de sete milhões e oitocentos mil reais no atracamento de carga e descarga de navios na cidade de Antonina, e deixou o problema para os paranaenses os oitenta funcionários paranaenses contratados pelos piratas holandeses até hoje não receberam um único centavo sequer, do ponto de vista dos seus salários atrasados, das férias, dos direitos trabalhistas, enfim, de tudo aquilo que a legislação do nosso País, no Brasil, prevê que deve ser garantido aos trabalhadores.

Nesse sentido, estou pensando um requerimento, quero explicações, se o Governo do Estado incentivou de qualquer maneira estes empresários holandeses a virem para cá. Se dispendeu qualquer tipo de recurso para esse empreendimento. Como estão as negociações lá a respeito desta empresa que fechou e deixou os empresários. O patrimônio está com quem? Qual era o patrimônio que foi comprado, que foi adquirido, em sociedade com empresários brasileiros? Aonde está este patrimônio?

Acho que a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, Administradora dos Portos de Paranaguá e Antonina, deve informações, é a obrigação, e a Secretaria de Transportes deve prestar esclarecimentos.

Não podemos admitir que empresários holandeses venham para o Estado do Paraná, dêem um calote e deixem aqueles trabalhadores paranaenses, brasileiros, que aqui moram, de certa maneira, a ver navios.

O que aconteceu com a FUNTRANS? Acho que precisamos saber tudo, tudo o que aconteceu com a FUNTRANS, aonde está o seu patrimônio, o que foi feito com esse empreendimento. Isso interessa para a Cidade de Antonina, para a administração do Porto de Paranaguá e isso interessa para o conjunto do povo do Estado do Paraná. Porque afinal de contas, estive lá presente com o Governador Jaime Lerner, porque se propagandeou até o final do ano passado, sempre, de que a coleta, a carga e a descarga, através das barças, através de todo aquele empreendimento, era um grande negócio para a Cidade de Antonina.

Sei que Antonina luta com muito sofrimento para que essa cidade recupere não só a sua qualidade de vida, mas perspectivas de desenvolvimento econômico para o povo que mora lá no litoral, naquela região do nosso Estado. É isso que queremos e não podemos permitir que

os holandeses venham para cá e façam o que fizeram com o nosso povo.

Concedo um aparte ao Deputado Algaci Tulio.

### O Sr. Algaci Tulio

Deputado Vanhoni, me somo a essa sua preocupação. Tenho certeza que não só eu, mas o próprio Presidente, Deputado Nelson Justus, nós que temos uma atuação no Município de Antonina, sabemos o quanto o Porto representa para aquela cidade.

A reativação do Porto de Antonina, festejada por todos nós nesse comodato realizado, era realmente uma grande expectativa. Mas, infelizmente a coisa não deu certo, como todos esperávamos.

Graças a Deus sempre tivemos uma conduta elogiável do Superintendente do Porto de Antonina - Edmundo Fatuch - que tem levado sempre muito a sério o seu trabalho à frente do Porto de Antonina. Tenho certeza que não haverá nenhuma dificuldade, que o próprio Governo repasse as informações e diga na verdade como está a situação. Infelizmente para a Cidade de Antonina, com a instalação do Porto de Ponta do Félix - estivemos lá também, eu e o Presidente Nelson Justus, por ocasião da assinatura de um convênio com a Secretaria de Transportes do Estado do Paraná, a Ponta do Félix assume esta parte deixada, em função da má atuação desse grupo holandês.

Tenho certeza que nós, a Assembléia, temos essa obrigação também de trazer à tona esse assunto. O Governo não vai se furtar em dar as informações necessárias, porque todos queremos saber a verdade. Qual foi o calote, o montante dado para a Cidade de Antonina, para o Governo do Estado do Paraná, infelizmente, com esse acordo, com esse contrato com este grupo holandês, que não cumpriu a sua parte. Tenho certeza que o Governo cumpriu, procurou de todas as formas incentivar, mas infelizmente as coisas não aconteceram como se esperava. As informações virão a esta Casa.

### O SR. ÂNGELO VANHONI

As informações que tenho são preliminares, mas não conta que esse grupo empresarial holandês tem já uma certa tradição, Senhor Presidente, de fazer negócios desta natureza. Até onde é proveitoso para o grupo, eles atuam, quando não é mais proveitoso eles dão o calote, vão embora e estão singrando os mares, levando talvez, ainda aquela tradição de 400 anos atrás, aquela tradição que não gostamos, do povo holandês, que é a tradição da pirataria, dos povos do Norte da Europa.

Espero que não seja isso, porque me disseram que algumas máquinas, alguns aparelhos estão com problemas na Receita Federal, estão tentando negociar os interesses dos holandeses, em detrimento do povo do Estado do Paraná, em detrimento da Cidade de Antonina e sobretudo dos trabalhadores que não tiveram os seus direitos reconhecidos.

Muito obrigado.

### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência cumprimenta Vossa Excelência como, de resto, faz questão de ratificar aquilo que disse o Deputado Algaci.

Acho que seria bastante oportuno um requerimento de Vossa Excelência a Superintendência do Porto de Antonina, para que, efetivamente pudesse esclarecer.

Eu, pessoalmente, posso esclarecer, mas gostaria que isso fosse feito oficialmente, ratificando aquilo que disse o Deputado Algaci Tulio.

No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Deputado Takayama, no Horário do PST.

### O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje estou usando a tribuna para comunicar à Casa que na Cidade de Guaíra está sendo realizado o II Jogos dos Povos Indígenas.

Estive esta semana na abertura e confesso aos Senhores que saí dali orgulhoso, orgulhoso não naquele sentido pecaminoso, mas o sentimento da satisfação interior, por diversas razões, primeiramente pela presença de 35 tribos indígenas com 570 atletas participando destes jogos em que os índios entram em competição para trazer exatamente, este enriquecimento no sentido cultural, no sentido do esporte, da gente, da raça, do artesanato, enfim, de todas as contribuições que as nações indígenas têm e que nós, muitas vezes, não sabemos.

Confesso aos senhores da minha satisfação, do meu orgulho, de saber que no Brasil estas 225 ou 226 nações indígenas têm uma riqueza, Senhores Deputados, possuem uma riqueza fantástica neste sentido da cultura e a contribuição que eles poderiam, efetivamente, dar a todos os povos do mundo.

Acredito que, os nobres companheiros, os Deputados, a população do Paraná deveria acompanhar, olhar com mais carinho, de mais perto, deveria participar, destes jogos indígenas.

Portanto gostaria de parabenizar o Governador do Paraná, pela efetivação e realização dos jogos dos povos indígenas. Esteve presente também, na abertura, da sua forma peculiar, na sua maneira cultural, o Ministro, o nosso paranaense, Rafael Greca de Macedo. E todos nós ali, as lideranças políticas, as autoridades que estavam presentes saíram encantados com a maneira, com a forma, com a riqueza e com tudo que aconteceu, na Cidade de Guaíra, desde a abertura.

Como os trabalhos vão se encerrar, agora na quinta-feira, gostaria de convidar os nobres Parlamentares, a exercerem o seu direito de brasilidade e visitarem Guaíra, por ocasião do encerramento dos jogos.

Vale a pena! Confesso a vocês que já vi de tudo, nesta vida mas fiquei encantado com a contribuição que os índios poderiam dar, em todos os sentidos, para o nosso povo do Brasil.



Guaíra que outrora foi terra de milhares de índios, busca, nestes II Jogos dos Povos Indígenas, neste momento em que o País comemora quinhentos anos, o resgate da história, através dessa parceria, através do Ministério do Esporte e Turismo, da Prefeitura Municipal de Guaíra e o Governo do Estado do Paraná.

Parabéns ao Governador Jaime Lerner, parabéns ao Prefeito Manuel Kuba. Eu disse que algumas razões me deixavam orgulhoso. Uma, é a participação desses índios, mais de 570 atletas, numa riqueza, numa beleza sem precedentes. E a segunda razão, é a beleza da Cidade de Guaíra, que até bem pouco tempo estava sendo renegada a quarto, quinto, sexto plano. Hoje, confesso a vocês a alegria de ver Guaíra transformada, bela, com diversas obras, Guaíra é hoje um canteiro de obras.

Quero aqui enaltecer também a pessoa do Prefeito Manuel Kuba, que tem procurado elevar a Cidade de Guaíra, à grandeza que ela sempre mereceu, mas infelizmente, desde a destruição das Sete Quedas, teve que pagar um preço, um ônus do progresso, da geração de energia, que foi prejudicada drasticamente como pólo turístico. Hoje, lentamente consegue chegar à posição que ela deveria estar.

Acho que é o mínimo que podemos fazer, é lutar pelo crescimento de Guaíra, porque foi uma das cidades mais prejudicadas num certo ponto, num certo aspecto, com relação à construção da necessária Usina de Itaipu.

Fica aqui, portanto, o convite aos companheiros e a toda população paranaense, a todos os líderes, Deputados, para ainda fazer-se presente nas festas do II Jogos dos Povos Indígenas na Cidade de Guaíra.

Fica aqui também o meu orgulho pela organização ali no Centro Náutico e toda essa infra-estrutura criada, para fazer com que os indígenas também se sintam valorizados e acima de tudo, possa entrar neles o sentimento de competência, porque já tão desgastados, prejudicados pela interferência dos chamados homens civilizados brancos, amarelos que entraram, praticamente destruíram quase toda a cultura indígena.

Nesse momento nos sentimos orgulhosos em ver que eles estão resgatando a sua dignidade, o direito de cidadania, acima de tudo, trazendo para nós uma vasta contribuição no sentido da cultura, da riqueza que os indígenas podem oferecer a todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Consulto a Liderança do PSB; PFL; PTB; Liderança do Governo.

(**Declinam**)

O SR. RICARDO CHAB (**Pela Ordem**)

Só para comunicar ao Plenário, aos Deputados, a Mesa já tem informação e também a imprensa, que o 1º Secretário desta Casa, recebeu do Gabinete do

Secretário da Segurança Pública, um pedido de informação que foi aprovado pela Assembléia Legislativa, por unanimidade, com relação à compra de jaquetas, isso numa importação, que até então, não temos a informação de como procedeu. E aí a origem do pedido de informação.

Então recebo aqui em mãos, um documento do Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná - Cândido Manuel Martins de Oliveira, que pede aqui em síntese, apenas fazendo aqui uma síntese, de mais prazo para que possa apresentar as explicações à Assembléia.

Ele diz que formou uma Comissão, e essa Comissão, deverá ouvir vários coronéis da Polícia Militar com relação à compra.

Então ele faz aqui um pedido, uma solicitação, pedindo mais quinze dias a partir da data do dia 15.

Então estou comunicando à Mesa, comunicando os demais Deputados que votaram favoravelmente ao Requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Orlando Pessuti, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado Ademir Bier, como membro titular da Comissão de Finanças, da Bancada do PMDB. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício de Sessões Extraordinárias logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avuso distribuído aos Senhores Deputados.

### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 090/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretária dos Transportes, a instituir "Programa de Parcerias", destinado a receber, em doação, obras da iniciativa privada. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada por 05 (cinco) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 090/99.

### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 123/99, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que obriga os construtores de barragens a proceder a limpeza das áreas alagadas. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.M.A..

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01, PROJETO DE LEI Nº 123/99

Art. 1º - As empresas e ou consórcios responsáveis pela construção de barragens formadoras de lagos, ficam obrigados a proceder a supressão e retirada de vegetação no leito da área a ser inundada, mediante prévia autorização do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, bem como, a promover a recomposição da cobertura florestal às margens do lago, considerada área de preservação permanente.

§ 1º - A supressão e retirada da vegetação de que trata este artigo, implica na remoção de toda vegetação na área de inundação, não adaptável às novas condições de alagamento, podendo ser reservadas, áreas com a vege-

tação que, a critério técnico, forem consideradas necessárias à proteção da ictiofauna e das reservas indispensáveis à garantia da piscicultura.

§ 2º - A recomposição da cobertura florestal de que trata este artigo será efetuada mediante plantio de espécies florestais nativas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.10.99.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoio:

Divanir Braz Palma, Antonio Baratter, Ademar Traiano, Luiz Fernandes da Silva Litro.

JUSTIFICATIVA:

A proposição de emenda substitutiva apresentada, justifica-se ante seu objetivo de adequar o Projeto original à terminologia técnica utilizada para matéria sobre a qual versa, além de também, adequá-la à técnica legislativa ditada pela Lei Complementar 95, de 25 de fevereiro de 1998, que define as normas gerais para elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme determina o Parágrafo Único, do Art. 59, da Constituição Federal.

**Encerra-se a discussão e o projeto volta à C.C.J..**

### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 464/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Belém de Assistência Social, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 482/99, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Vale do Ivaí - AMIVALI, com sede e foro nesta Capital. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 496/99, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Amparo Sant'Ana, com sede e foro nesta Capital. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 500/99, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Creche São Apóstolo, com sede e foro no Município de Umuarama. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2156, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.**

Para encaminhar, Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, apenas para dar conhecimento à Casa, este pedido versa sobre a Cacique Café Solúvel, de Londrina, uma empresa que está comemorando 40 anos de implantação. Graças a saga de um homem que teve a visão do que o café não era apenas para ser exportado *in natura*, que era uma matéria nobre, uma matéria-prima, o ouro verde do nosso Estado, que fazia riqueza. Mas, que também estava fazendo riqueza além mar, porque estava sendo agregado à mão-de-obra e a manufatura em outros países, especialmente na Alemanha, onde não se produzia um pé de café, entretanto, é um grande produtor de café solúvel.

Estamos querendo, com isso, homenagear à memória, o empreendedorismo de um dos paranaenses de maior visão, Horácio Coimbra, que há 40 anos atrás, implantou a indústria mais importante do nosso Estado. Lá, no chão de terra vermelha, sem nenhuma aptidão, sem nenhum incentivo à industrialização, lá, ele implantou uma indústria que empregou inicialmente mais de 1500 funcionários.

Houve uma transformação no norte do Paraná, especialmente na Cidade de Londrina, com a industrialização levando o café à Rússia, à China, aos Estados Unidos e aos povos asiáticos. Não só trouxe divisas, permitiu a industrialização, o desenvolvimento de uma região, mas levou também o nome do Brasil, que não era só aquele país que sabia e que tinha as virtudes pelas suas condições climáticas e de um povo trabalhador produzir uma matéria rica, como é o café, mas também tinha capacidade de transformá-la.

Fica assim, aqui, o nosso reconhecimento e a lembrança dos 40 anos da criação e fundação da Companhia Cacique de Café Solúvel, instalada em Londrina.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação o requerimento.

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

**Aprovado.**

Requerimento nº 2128, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2119, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. Rejeitado.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa vai proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Dez Deputados aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e oito rejeitam.

Está rejeitado o requerimento.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, o requerimento do Deputado José Maria Ferreira é um requerimento, a exemplo do anterior, que merece desta Casa, antes do voto de cada um de nós, o respeito pela solicitação que faz. O papel maior do Poder Legislativo e, sem sombra de dúvida, a fiscalização dos atos praticados pelo Poder Executivo na execução orçamentária que aprovamos nesta Casa.

Agora, se discute o possível entendimento proposto por Vossa Excelência, pelo Deputado Silvestri, pelo Deputado Durval, pelo Líder do Governo também, no sentido de que todos nós, oposição e situação, possamos chegar a um bom termo na elaboração do orçamento.

Se de um lado estamos discutindo esse bom termo na elaboração do orçamento, muito mais necessário é que tenhamos esse mesmo comportamento de situação e oposição na fiscalização da execução orçamentária e o que pretende o Deputado José Maria Ferreira, nosso 2º vice-Presidente desta Casa, nada mais é do que tomar conhecimento, solicitar que se dê ciência a esta Casa, dos contratos firmados por empresas locadoras, quais são essas empresas, quantos são os valores envolvidos nisso. Nada mais justo do que a Assembléia que se disponha à aprovação de um orçamento, se disponha pelo conjunto dos seus Parlamentares à fiscalização desse orçamento.

Por essa razão, entendo que não só nós da oposição deveremos buscar essas informações, aprovando esse requerimento, mas o conjunto da Assembléia, para que tenha sentido toda essa discussão, que fazemos por ocasião da elaboração de uma peça orçamentária.

Portanto, pedimos a todos que aprovem o requerimento do Deputado José Maria, porque ele é a plenitude do nosso trabalho, que é fiscalizar os atos do Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação o requerimento do Deputado José Maria Ferreira.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão.

Rejeitado, com 32 votos.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Senhor Presidente, tivemos aqui o procedimento e ouvi o posicionamento do Líder do PMDB e temos dado

demonstração de procurar fazer esforços para esclarecer os Deputados em seus requerimentos e nos esclarecimentos que são devidos.

Procedemos desta maneira, derrubando o requerimento, porque não podemos estar aqui sendo repetitivos em requerimentos que foram aprovados pela Casa. Está aqui o Deputado Divanir Braz Palma, que teve um requerimento de igual teor, aprovado na semana passada, que certamente sendo aprovado este requerimento, todas as informações serão prestadas.

Então, acredito que o posicionamento aqui do Deputado Orlando Pessuti foi, talvez por não ter lembrado - não sei se é esta a palavra - porque requerimento igual a este foi aprovado. Está aqui o Deputado Divanir Braz Palma e essas informações virão para esta Casa, através de Vossa Excelência, que poderão ser prestadas ao Deputado Orlando Pessuti, que no momento da aprovação do requerimento do Divanir, talvez não estivesse presente ou não ouviu Vossa Excelência fazendo a leitura do requerimento.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Antes de mais nada, peço que registre o voto favorável aos dois requerimentos do Deputado José Maria Ferreira: Orlando Pessuti, Ademir Bier, Péricles Mello, Luiz Carlos Zuk, Antonio Annibelli, Nereu Moura, Luciana Rafagnin, José Maria Ferreira, Hermes da Fonseca e Ângelo Vanhoni.

E depois, dizer ao Deputado Valdir Rossoni que não vejo nenhum mal. Até seria muito fácil ao secretário da referida pasta, responder ao segundo requerimento, porque já teria todos os dados do primeiro. E, com certeza, não tive oportunidade de ler o inteiro teor do requerimento do Deputado José Maria. Pessoalmente, estou convencido de que os dois não são 100% idênticos. E por esta razão, merecia, também, a exemplo do que mereceu o Deputado Divanir Braz Palma, aprovação para o seu requerimento, merecia, também, aprovação o do Deputado José Maria Ferreira, neste momento.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

**Está rejeitado o requerimento.**

Requerimento nº 2120, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

Requerimentos nºs 2132 e 2133, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2134, 2135 e 2136, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2137, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2138, de autoria do Sr. Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2139, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2140, de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2141, e 2142, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2143, e 2144, de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2145 e 2146, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2150 e 2151, de autoria do Sr. Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2153, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2155, de autoria do Sr. Deputado Tony Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2158, de autoria do Sr. Deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2159, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2163, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2164, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2118, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. de sessão anterior. **Rejeitado.**

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para encaminhar)

Senhor Presidente, o que estamos fazendo através deste requerimento é solicitar ao Plenário que honre o trabalho da Justiça que está sendo feita em Londrina.

Gostaríamos de voltar a dizer aos Companheiros da Assembléia Legislativa de que a Promotoria Pública de Defesa do Patrimônio em Londrina tem feito um trabalho excepcional. E o que estamos buscando com isso?

É fazer com que ela se sinta fortalecida nesse trabalho que vem executando. Estamos condenando por antecipação no requerimento. Fizemos o pronunciamento político, isto fizemos porque conhecemos, e quem conhece, ou rubra, ou deixa, se descaracterizar e não toma uma atitude.

Conheço, estive lá, como hoje está a sociedade londrinense em pé, do padre, do pároco à Sociedade rural, então não é do Deputado José Maria, não inventou as informações, não criou os documentos, também não participei da maracutaia que está lá. É necessário que apoiemos, especialmente partindo desta Casa.

Tem disposição de exigir a verdade, de buscar com que a verdade possa ser fruto do dia-a-dia da nossa convivência.

Queremos que a assembléia seja respeitada, se queremos que a assembléia seja honrada e que sejamos honrados, enquanto representantes destes milhões de pessoas que em nós depositou o voto, precisamos ter no mínimo a postura de quem quer a busca da verdade, e à busca da verdade estamos fazendo a moção, a justiça desses dois homens que representam o Ministério Público no Estado do Paraná.

Se daqui uns meses, vierem em contrário, evidentemente que podem penitenciar os Srs. Deputados, o Deputado José Maria. Mas, pelos documentos que estão lá, e por aquilo que já foi objeto de análise, não só nosso, mas hoje estavam na Promotoria Pública todas as entidades, todas entidades de prestação de serviços, com certeza representam muito mais do que simplesmente um voto em reconhecimento de louvor desta Casa.

Mas representam a verdade que uma cidade precisa conhecer, e precisa conhecer com o apoio desta Casa, é o que tinha Sr. Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A mesa com satisfação registra a presença do nobre Deputado Federal Pe. Roque, seja bem-vindo à Casa.

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (Para encaminhar)

Sr. Presidente, nos posicionamos contrários à aprovação deste requerimento, por várias razões. Primeiro, porque está sendo investigado, está sendo apurado, estas questões levantadas.

E o ilustre parlamentar que há pouco encaminhou a votação, ele se contradiz no início do seu pronunciamento. Um momento ele quer cumprimentar pelo excepcional trabalho feito pela Procuradoria e num outro momento diz que ele não participou das maracutaias.

O pré-julgamento, este é o maior erro cometido na política brasileira. Muitas vezes, Sr. Presidente, vemos pessoas sendo julgadas antes de serem investigadas.

O posicionamento nosso é claro. É o posicionamento do Prefeito de Londrina, e é o posicionamento de todos os Deputados que votarão contra este requerimento.

Não temos necessidade de aprovar votos de trabalho excepcional que está sendo feito por este promotor. Porque temos conhecimento de que este procurador está em muitos casos fazendo uso destas questões e fazendo sensacionalismo destas questões.

Queremos sim, que seja investigados, que seja trazido a conhecimento público no final das investigações, mas não podemos dar aqui voto de louvor ao Procurador de Estado que está cumprindo a sua obrigação, cumprir obrigação não merece nenhum voto, porque cumprir a obrigação é dever do cidadão que está exercendo o seu cargo, ser Deputado aqui nesta Casa, participar dos trabalhos desta Casa, exercer o seu mandato parlamentar na sua totalidade é uma obrigação, não quero nenhum voto de regozijo ou de elogio.

Por isso, Senhor Presidente, nos posicionamos contra este requerimento, porque achamos que este Procurador ainda não é merecedor deste voto de congratulações, que é pedido pelo Deputado José Maria, porque, senão, estaremos aqui, se em cada caso que está sendo investigado no Paraná, votarmos aqui um requerimento de regozijo cumprimentando o Procurador, não faremos outra coisa aqui nesta Casa. Deus queira que a verdade venha à tona para o bem do Poder Público do Estado do Paraná, mas que este Promotor se atenha às investigações e procure ser um pouco menos sensacionalista. É por isso que temos uma posição contrária a essa posição. Não estamos contra, Senhor Presidente, a justiça, somos contra ao posicionamento que está sendo feito. Muito sensacionalismo antes da apuração, antes do término deste processo.

Então, nos posicionamos contra. E peço encarecidamente aos Deputados que não cometamos este erro, para que amanhã ou depois quando tiver aqui uma investigação em cima de um Parlamentar ou de um Prefeito da sua Base, você antes de ser investigado, antes de ser julgado, antes de serem provadas as irregularidades você estar aqui dando votos que talvez não mereça e que talvez este Procurador esteja cometendo uma injustiça pelo sensacionalismo que tem causado a este caso.

Por isso, Senhor Presidente, nos posicionamos contra. E queremos deixar claro aqui que temos certeza que o Deputado José Maria não participou das maracutaias de Londrina, porque lá queremos também que não exista maracutaia.

Era isso, Senhor Presidente.

#### O SR. ÂNGELO VANHONI (Para Encaminhar)

Olha, escutei atentamente o Líder do Governo - Deputado Valdir Rossoni, tentar defender, fazer uma defesa daquilo que é indefensável, porque lembrou-me até o Brasil Vita. O Brasil Vita, Senhor Presidente, é um Vereador da Cidade de São Paulo, foi Presidente da Câmara. Quando aconteceram os escândalos envolvendo administrações regionais, na Cidade de São Paulo, da atual administração de Celso Pita, todos os Procuradores foram acusados de sensacionalismo e que tinham conotação política por trás das investigações. Todos os Procuradores, indistintamente os Procuradores foram, durante um determinado período, enxovalhados pela Bancada que dava sustentação ao Governo. A história está aí, a história mostrou. A Procuradoria não abriu mão

dos seus compromissos com a Constituição, levou até as últimas conseqüências as investigações, Vereadores casados, a Cidade de São Paulo mergulhada na maior lama de corrupção da história da República.

Não quero dizer nada que tenha alguma coisa parecida com a Cidade de Londrina, mas a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná não endossar a apuração de investigação, não endossar politicamente aquilo que está acontecendo lá em Londrina pelos Procuradores, é um ato, Senhor Presidente, de desatino do ponto de vista do compromisso que temos com a ética e com a mudança na política no nosso País.

É hora da Assembléia Legislativa dar o exemplo. Os Procuradores, com certeza, porque ferem interesses, pode estar ferindo interesses desse ou daquele administrador da Cidade de Londrina, de interesses empresariais, sejam eles quais forem. Imaginem os Senhores quanta pressão estão sofrendo os Procuradores que estão na condução desse processo de investigação.

Dizer que a Assembléia Legislativa espera que o processo seja com lisura, seja apurado até as últimas conseqüências, demonstra que o Paraná está de olho e está apoiando que as investigações sejam imparciais.

O Deputado Valdir Rossoni, deixou-me estupefato porque acabou fazendo uma acusação da fala do Deputado José Maria Ferreira e para justificar o voto contrário, chamando a Bancada de apoio ao Governo a votar contrário a um ato de solidariedade ao Ministério Público, o Deputado Valdir Rossoni acusa o Procurador dizendo que ele tem outros motivos que não a investigação.

Ora, Deputado Valdir Rossoni, não estamos decidindo aqui, votando nada, se somos a favor ou contra qualquer das acusações. O que estamos votando é dizer o seguinte: Procuradores, apurem até as últimas conseqüências porque a Assembléia vai respaldar a decisão das investigações até as últimas conseqüências. É este o compromisso com a moralidade e com a ética.

Por isso, Senhores Deputados, peço voto de apoio ao pedido de moção do Deputado José Maria Ferreira porque é bem colocado. Sabemos o quanto um escrivão de polícia, um delegado, um investigador e até os promotores da defesa do meio ambiente, os promotores de defesa do patrimônio público, sofrem de pressão no nosso Estado. É verdade ou não?

O Promotor que estava investigando as irregularidades no Banco do Estado foi afastado agora recentemente porque incriminou quatro diretores do Banco e o ex-Presidente Neco Garcia. É a pressão do Palácio Iguaçu, é a pressão de todos os setores em cima da promotoria.

Por isso, nós Deputados que temos compromisso com a verdade devemos apoiar o pedido de voto de apoio do Deputado José Maria Ferreira.

**O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)**

O ilustre Deputado Ângelo Vanhoni distorceu totalmente as palavras que coloquei aqui. Não somos contrários à apuração. Somos contrários porque o requerimento pede um voto pelo excepcional trabalho feito pelo Procurador.

Então, não somos contrários à apuração, somos favoráveis e V. Exa. talvez não estivesse aqui quando estava falando.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

O Deputado Valdir Rossoni já fez seu encaminhamento e de igual maneira o Deputado Ângelo Vanhoni.

Quero ler novamente o requerimento do Deputado José Maria Ferreira.

**(Leitura do Requerimento)**

Com a palavra para encaminhar o Deputado Augustinho Zucchi.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Para Encaminhar)**

Gostaria de encaminhar no seguinte sentido: Primeiro lugar, sou favorável à apuração. Segundo lugar: Será que não é prejudicar o Promotor, os Procuradores imaginando que eles sejam suscetíveis à pressão sem terem concluído o processo? Será que fizeram um trabalho excepcional, de qualidade, os Procuradores e o Procurador Público, sem que o processo fosse concluído? Qual é o resultado do trabalho para dizermos que foi excepcional?

Por outro lado também é prejudicar, Deputado Valdir Rossoni, com todo o respeito, dizer que está usando de sensacionalismo. O Promotor Público tem o direito de conduzir o trabalho da maneira que achar possível e envolver a sociedade do Município, do local onde está ocorrendo a apuração, fica a critério do Promotor. O que nos interessa é a verdade e apoio o Deputado Nelson Justus, nosso Presidente, apoio a apuração, sou favorável à apuração dos fatos ocorridos em qualquer lugar. Não é em Londrina, não é em Maringá, é em qualquer lugar que se tenha fatos desta natureza a Assembléia Legislativa deve ser favorável pela transparência, Deputado Vanhoni, pelo valor que tem uma apuração como esta para restabelecer o direito democrático de se saber a verdade.

Agora, não podemos também aqui enaltecer o trabalho que não foi conclusivo, que não terminou. Qual o resultado? Quero ver o resultado disto tudo para, aqui, não enaltecermos um trabalho daquilo que ainda não foi concluído.

Então, é uma posição bastante delicada, acho, que para a Assembléia Legislativa tomar neste sentido.

**O SR. ADEMAR TRAIANO (Para Encaminhar)**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Comungo com as idéias do Deputado Augustinho Zucchi, do Deputado Valdir Rossoni, e entendo que é dever constitucional a ação dos procuradores, dos promotores, no sentido de apurar responsabilidades com relação a episó-

dios como estes que estamos presenciando e vivenciando nesta sessão de hoje com relação a administração de Londrina. Possíveis apurações, possíveis irregularidades que possam estar acontecendo na administração de Londrina, mas entendo ser prematuro qualquer julgamento neste momento no sentido de fazermos aqui a votação de um voto de congratulações aos procuradores, até porque não temos ainda um fato consumado.

Entendo que o nobre Deputado José Maria teria o nosso apoio e com certeza de todos os demais parlamentares tão logo o resultado da apuração seja feito concretamente e tenhamos então se este for o entendimento do Ministério Público, apuradas irresponsabilidade, irregularidade lá em Londrina, aí sim talvez possamos nos manifestar apoiando um voto de congratulações aos nobres promotores ou procuradores, até porque, Senhor Presidente, tantos exemplos já vivemos no país, exemplos de que pessoas foram execradas, famílias, familiares de políticos ou membros de homens que ocuparam cargos públicos foram execrados no país antecipadamente e depois a própria justiça acabou absolvendo-os. Temos exemplos aqui no Paraná e poderemos até citar para todos aqueles que aqui estão, a imprensa nacional liquidou, por exemplo, o nome do ex-Deputado Federal Alcení Guerra e hoje foi plenamente absolvido pela justiça como um homem que não teve mácula a nível nacional quando denunciavam os escândalos lá em Brasília.

Portanto, acho prematuro este julgamento e é dever constitucional dos procuradores, dos promotores fazerem este trabalho e a Assembléia não tem de forma alguma que manifestar-se neste momento.

#### O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Para Encaminhar)

Só para uma orientação no requerimento, não existe nenhum Procurador da República, seja do Estado, seja federal, nenhum Procurador do Governo averiguando as denúncias do Secretário da Administração de Londrina. O que existe e que consta no requerimento é que o Dr. Bruno Galatti, Promotor Público de Londrina, são dois promotores, é que estão fazendo estas investigações.

Então, quero repetir, não há procuradores em Londrina neste caso e sim o Ministério Público de Londrina.

#### O SR. ALGACI TULIO (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, quero dizer que de minha parte mais do que nunca também faço coro àqueles que desejam toda a explicação possível a respeito dos fatos, até porque não assinei CPI e nem tirei a minha assinatura de CPI também. Por isso estou totalmente isento para aqui fazer uma colocação.

Entendo que a intenção do Deputado José Maria Ferreira foi única e exclusivamente uma intenção política, foi uma intenção política. Não foi pelos belos olhos do meritíssimo juiz que não conheço ou promo-

tor de justiça que está colocando este voto de congratulações, mas foi única e exclusivamente uma ação política e quero chamar a atenção desta Casa pelo seguinte: Ora, se esta Casa promove uma ação política de por exemplo apoiar e aprovar este Requerimento, Deputado José Maria Ferreira, Vossa Excelência vai promover um deserviço na apuração, porque evidentemente os advogados da outra parte vão tomar conhecimento desta ação, vão apensar este documento ao processo e vão dizer que há um interesse político na matéria, e portanto vão provocar a suspensão do Meritíssimo Juiz, Promotor de Justiça.

Então, é preciso que a Casa atente para este detalhe, ninguém aqui é contra a apuração, agora que é um fato político é, e um fato político numa investigação que é levado a sério vai dar condições a outra parte de se aproveitar deste processo. Por isso também sou da opinião que esta Casa não deveria colocar em votação, até porque está *sub judice*, ninguém tem nada provado ainda se realmente houve alguma irregularidade ou não, por isso sou de opinião também de que a Casa não deveria submeter a aprovação, a votação deste Requerimento.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, inicialmente devo refutar a manifestação do Deputado Valdir Rossoni quando ele afirma que o Deputado José Maria Ferreira agiu em contradição àquilo que escreveu, àquilo que falou. O Deputado José Maria Ferreira no mandato passado, neste mandato e no seu período como Prefeito e Vereador em Ibiporã sempre se pautou por ter coerência nos seus atos, e a Assembléia é testemunha disso. O que temos visto nesta Casa em termos até de contratações nos últimos tempos não tem partido do Deputado José Maria Ferreira, mas sim, muitas vezes, até o posicionamento adotado pelo nobre Líder do Governo, Valdir Rossoni.

Com relação ao Deputado Ademar Traiano, ele diz que também não tem razão o Deputado José Maria Ferreira nos seus atos, porque de certa forma, fazer um pré-julgamento ou coisa parecida, mas o Deputado Ademar Traiano também, há alguns meses atrás, assinou um pedido de CPI em cima de um assunto ligado também a administração de Londrina envolvendo o Governo do Estado, a CPI COPEL-SECONTEL, e naquele momento, quando assinava, estava buscando, evidentemente, os esclarecimentos, ou estava fazendo também um pré-julgamento, e qual foi o julgamento que fez quando retirou a sua assinatura desse processo.

Então, essas coisas têm que ser revistas. E o que está escrito aqui no documento, aqui lido e relido por Vossa Excelência, diz aqui: “envio de moção ao Ministério Público, Promotoria de Defesa do Patrimônio Público, pela excepcional forma de condução na apuração das irregularidades do caso da COMURME, da AMA e do ISSAM”. Não está pedindo aqui, Senhor Presidente, para louvar a atitude desse ou daquele promotor. Na justificativa, sim, cita quem são os mentores desse

trabalho, mas a moção de apoio que se pede é ao Ministério Público. E nós, evidentemente, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não estamos aqui nos posicionando a favor desse ou daquele episódio.

Quero também dizer ao Deputado Algaci Tulio que a Assembléia Legislativa e os Deputados existem para ter sim ação política, a Assembléia é feita para dar demonstração política através dos seus atos. O juiz pratica aquilo que é competência constitucional a ele, não é política. O promotor público da mesma forma, o delegado de polícia, o policial militar tem que, no estrito cumprimento da Constituição, não exercer uma ação política, não exercer a política em si.

Não estamos falando aqui em questões de caráter eleitoral ou partidário. Temos sim, como Poder Legislativo, como Parlamento, como Assembléia, praticar, o quanto mais pudermos, ações políticas em defesa dos interesses da nossa gente. E se neste momento o Ministério Público se conduz bem no esclarecimento dessas denúncias que foram apresentadas, merece, sim, o Ministério Público, nosso louvor. Porque assim, Deputado Valdir Rossoni e demais Deputados, já se posicionou esta Casa em aprovar, como aprovou hoje diversas moções de congratulações, como já aprovou em outras oportunidades moções de congratulações a delegados de polícia, a policiais militares, a secretários de Estado, a juízes, a promotores. Por que naqueles momentos foi possível se fazer a moção de apoio, ao comportamento e a atitude praticada por aquelas pessoas? E por que hoje não se pode?

Aí, sim, vejo, Deputado Algaci Tulio, que a nossa ação política é a verdadeira ação política. E a ação política defendida pelo Deputado Valdir Rossoni, esta sim é facciosa, porque procura colocar a sua posição em defesa de um grupamento político, de um grupamento que está no Poder Executivo Estadual e Municipal, no caso de Londrina, querendo preservar não sei o quê. Quando nós, na realidade, estamos aplaudindo, através de uma moção à atitude correta de condução do Ministério Público.

Por isso, o meu voto e o da Bancada do PMDB é favorável ao requerimento do Deputado José Maria.

O SR. ALGACI TULIO

Pela Ordem, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Algaci Tulio, não há Questão de Ordem, infelizmente.

O SR. ALGACI TULIO

Fui citado no discurso do Deputado Orlando Pesutti.

Quero saber, Senhor Presidente, onde está a excelente investigação, porque a Assembléia não viu esta excelente investigação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concordo perfeitamente. Mas não há Questão de Ordem V.Exa. já encaminhou. Para encaminhar o Deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA (**Para encaminhar**)

Sr. Presidente, Mesa diretiva, nobres Pares, aqui, queremos deixar bem clara a nossa posição: respeitamos o Deputado José Maria, sabemos das suas boas intenções, mas com todo o respeito achamos que ele está colocando o carro na frente dos bois.

O Deputado Valdir Rossoni foi muito claro, quando disse que não é contra a investigação e, sim, contra o momento de se pronunciar a esta Casa de Leis, que é responsável pelo ordenamento jurídico do estado e que é a primeira que deve dar exemplo. E neste momento este requerimento, nobre companheiro, não é bom exemplo para nada.

Porque o Ministério Público está fazendo a sua parte. Os promotores estão levantando dados, para que mostre a verdade, se realmente existe ou não maracutaia, como V. Exa. já prejudgou. Isso aqui, achamos que é perigoso, porque devemos deixar que a justiça trabalhe com a liberdade, sem influência nenhuma, para que a verdade venha à tona.

Deputados, estamos vendo pela imprensa julgamentos que já estão sendo feitos de Deputados que tem processos em andamento aqui. Um jornal esta semana teve o cuidado de colocar a manchete na primeira página: 15 Deputados desta Assembléia estão sob a mira da Justiça. Isso, Srs. Deputados é um deserviço desse jornal, que me nego a dizer o nome, não me interessa dizer.

Temos que ter respeito pelo rito judicial. Se existe, se está sub judice é porque não se apurou se há culpa ou não há culpa. É preciso que tenha em mira, que está em jogo a integridade e a honradez de pessoas. E honradez e integridade são na realidade as pessoas que se prezam, prezam o seu patrimônio.

Isto tem sido jogado em vala comum, porque muitos se adiantam aos fatos prejudgam e já condenam até na imprensa nomes de pessoas, que muitas das vezes nem tem nada a ver com o caso.

Nós Deputados, temos que dar o exemplo em primeira mão. Concordo com o requerimento, desde que depois de efetuado o processo e havido culpa ou não. Durante o julgamento dar congratulação, desculpe companheiro, isso é um deserviço que estamos fazendo para a justiça.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Onze Deputados já encaminharam. Portanto, vamos proceder a votação. Senão nos tornaremos repetitivos.

O SR. ANTONIO BARATTER

Sr. Presidente, para encaminhar.  
(**Assentimento**)



Senhor Presidente, a Constituição Federal é muito clara a respeito das funções, dos deveres das pessoas. Ela deixa muito claro, qual é a função de um Procurador e qual é a função de um Promotor. Você nunca pode julgar, pré-julgar ou fazer qualquer nuance, a nível de imprensa, enquanto não tem nenhuma decisão. Isso é o princípio ético e isso garante que tenhamos democracia. Eu, pessoalmente, também fui denunciado por um Procurador do Ministério Público, da Justiça Federal. E ele, agora, aos poucos, começa a pedir desculpa.

Agora o senhor imagine nós, eu vir aqui nesta Casa, fazer um requerimento para que déssemos loas à revista “Veja”, contra a Senhora Maristela Requião. Ora, isso é injusto, é anti-ético, vai contra qualquer possibilidade de discutirmos o que é democracia!

Então, não vejo função, no Parlamento, não vejo nenhuma possibilidade, perspectiva de responsabilidade de uma Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, de aprovar um requerimento dando guarida a um Procurador. Ele que cumpra a sua função de Promotor. E depois, se for apurado, que cada um se manifeste politicamente da maneira que quiser.

Votarei contra, não em função do requerimento, votarei contra em defesa da democracia.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação.

**Rejeitado** o requerimento do Deputado José Maria Ferreira.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte:

### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 269 e 305/99.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 262/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 187, 279, 319, 388, 475, 480 e 488/99.

Levanta-se a sessão.

### Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO NELSON JUSTUS, EM SESSÃO DO DIA 18 DE OUTUBRO DE 1999.

### “CARTA ABERTA

### II Seminário de Segurança nas Escolas de Curitiba

A família humana encontra-se cercada por inúmeros conflitos étnicos, religiosos, econômicos, culturais, que geram insegurança e apresentam repercussões nos diferentes segmentos sociais, inclusive na escola.

Encontrar soluções para esse dilema educacional o que buscou o I Seminário de Segurança nas Escolas realizado pelo Núcleo Regional de Educação em Curitiba em 1996. Os resultados apontaram uma necessidade premente de mudanças na educação, mudanças para uma nova concepção de escola, tendo por base a efetivação da parceria, da participação para a gestão compartilhada e mudanças de concepção de ensino-aprendizagem.

Dando continuidade ao trabalho, a chefia do Núcleo Regional de Educação de Curitiba, Professora Clemencia Ribas, sua equipe de ensino juntamente com as Escolas Estaduais de Curitiba e a comunidade escolar organizaram o II Seminário de Segurança nas Escolas, que se realizou em 04 de outubro de 1999, tendo como finalidade discutir as experiências vivenciadas pelas Escolas de Curitiba, apresentando pontos satisfatórios na melhoria da segurança e destacar os grupos autores de infrações que atuam nas áreas de Curitiba, explicitando os tipos de atos infracionais, além de indicar novas propostas de trabalho considerando os problemas não solucionados e os novos que surgiram, ressaltando também parcerias de apoio da sociedade.

Os estudos e análises realizados durante o evento indicaram uma mudança gradativa do modelo pré-estabelecido de ensino, que gerou um sentido diferente de escola para o aluno.

Nas apresentações dos Estabelecimentos de Ensino Estaduais, ressaltou-se a importância do espaço escolar para o aluno quando ofertadas metodologias de trabalho que o levam a perceber a sua dignidade como pessoa, seu poder de tomada de decisão, sua participação no coletivo escolar, seu sentido de cidadão ao transformar ameaças em oportunidades. Para se alcançar tais fatos, as escolas demonstram que foi necessário ter o aprendizado como um processo muito mais amplo do que o mero armazenamento de conhecimentos, rumando para um ciclo de alimentação recíproca de informações; demonstraram também que o elo entre professor e aluno tem de ser o da compreensão e o da complementariedade de pólos opostos.

Tudo isso comprovou que a escola vem fazendo a sua parte com relação à questão da segurança nas escolas, porém, se não ocorrerem parcerias entre escolas e comunidade, e escolas e demais segmentos sociais, numa visão de corresponsabilidade, não ocorrerá continuidade de trabalho em segurança, uma vez que ainda continuam a vigorar alguns dos mais graves problemas relativos à insegurança social como as gangues, drogas, depredação do patrimônio público, estabelecimentos comerciais que exploram jogos e vedem bebidas alcoólicas e ainda a permanência de pessoas desocupadas nas imediações das escolas, além da desestruturação familiar.

Portanto, os Diretores de Estabelecimentos de Ensino de Rede Estadual de Curitiba, conclamam os segmentos sociais a participarem desse trabalho que vem sendo desenvolvido pelos educadores e pela comunidade

escolar, somando esforços no sentido de que cada um, dentro de suas condições, contribua no combate às raízes da violência, que obviamente se encontram além dos limites da escola.”